



SIMULADO SEMESTRAL 2016.2

Extensão Blumenau

INSTRUÇÕES GERAIS – LEITURA OBRIGATÓRIA

1. Você está recebendo o caderno de prova que contém em suas páginas **50** questões objetivas. Confira o caderno e se ele não estiver completo chame o fiscal.
2. Você está recebendo também um cartão-resposta contendo **50** questões, o qual **NÃO PODE SER SUBSTITUÍDO**. Portanto, somente marque a resposta quando você tiver certeza de sua opção.
3. O cartão-resposta não pode ser rasurado, sob pena de anulação das respostas.
4. Você deve marcar apenas uma letra em cada questão objetiva.
5. Para evitar possíveis enganos no preenchimento do cartão-resposta, anote primeiro as alternativas que você julgou corretas no próprio caderno de prova. Depois, marque-as no cartão-resposta.
6. Não é admitido o uso de material estranho ao caderno de prova, mesmo para rascunho, nem se permitirá qualquer comunicação entre os candidatos.
7. Ao final da prova você deverá devolver ao fiscal o cartão-resposta devidamente assinado no local indicado.
8. A duração da prova é de 4 (quatro) horas. A saída do candidato só será permitida depois de transcorridas 01 (uma) hora do início da prova. Os três últimos candidatos a terminarem a prova deverão retirar-se da sala simultaneamente.
9. No dia 02 de dezembro de 2016, após as 23 horas, será publicado o gabarito da prova semestral.
10. O dia 04 de dezembro de 2016, às 23 horas, é a data limite para o envio de recursos da prova semestral. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: secretaria@esmesc.org.br.

BOA PROVA!

Florianópolis, 02 de dezembro de 2016



DIREITO CONSTITUCIONAL

01. Em relação ao Poder executivo é correto afirmar:

- a) Os crimes de responsabilidade do Presidente da República são aqueles que atentam contra a Constituição Federal, sendo seu julgamento de natureza política por parte do Senado Federal.
- b) A eleição do Presidente da República não importará a do Vice-Presidente com ele registrado.
- c) Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.
- d) Compete privativamente ao Presidente da República vetar projetos de emenda constitucional, total ou parcialmente.

02. Sobre as alternativas abaixo, é correto afirmar:

- a) O critério racial não pode ser tomado pela lei como fator de tratamento diferenciado entre os brasileiros.
- b) O princípio da isonomia pressupõe a igualdade.
- c) O estrangeiro, no Brasil, não é titular de direitos fundamentais.
- d) Pessoas jurídicas podem ser titulares de direitos fundamentais.

03. Em regra, as Comissões de Constituição e Justiça estão aptas a exercer o controle:

- a) preventivo da constitucionalidade das leis, pela via difusa.
- b) preventivo da constitucionalidade das leis.
- c) repressivo da constitucionalidade das leis, pela via difusa.
- d) repressivo da constitucionalidade das leis, pela via concentrada.

04. Em relação as competências federativas é correto afirmar:

- a) No exercício da competência exclusiva a união poderá aos Estados a totalidade do exercício da competência.
- b) A competência legislativa da União engloba a capacidade de criar leis ou atos administrativos concretos, com a aprovação do Congresso Nacional.
- c) No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais, não excluindo a competência suplementar dos Estados.
- d) Aos Estados competente legislar sobre assuntos de interesses local.

05. Assinale a alternativa correta:

- a) O caráter ilimitado e incondicionado do poder constituinte originário precisa ser visto com temperamentos, pois esse poder não pode ser entendido sem referência aos valores éticos e culturais de uma comunidade política e tampouco resultar em decisões caprichosas e totalitárias.
- b) O poder constituinte originário surge em momentos que existam rupturas institucionais, sendo que sua formação se dá conforme o previsto na Constituição anterior e sua atuação fica condicionada somente aos limites sociais que orientam como deverá ser o texto da nova Constituição.
- c) As cláusulas pétreas são consideradas limitações materiais ao poder constituinte originário e derivado, tendo como principal intuito manter o núcleo dos princípios e valores da constituição, permitindo sua alteração apenas em momentos excepcionais.
- d) As emendas constitucionais possuem um processo especial de elaboração, sendo que devem ser votadas em dois turnos de três quintos e cada casa e ter a sanção do presidente da república.

06. Nomeie, com alusão à defesa do Estado e das instituições democráticas, a opção válida:



- a) o estado de defesa, da mesma forma que o estado de sítio, só poderá ser decretado, pelo Presidente da República, após autorização do Congresso Nacional;
- b) constituem pressupostos para a decretação do estado de sítio a comoção grave de repercussão nacional, a ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa e a declaração do estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira;
- c) o tempo de duração do estado de defesa e do estado de sítio não poderá ser superior a 30 (trinta) dias improrrogáveis;
- d) os atos praticados pelo executor da medida, durante o estado de defesa, não estão sujeitos, de vez que resultantes da instauração de um sistema de legalidade extraordinária, a controle judicial;

07. Em relação as medidas provisórias é correto afirmar:

- a) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria reservada a lei ordinária.
- b) As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados.
- c) É vedada a reedição, na mesma legislatura, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.
- d) A Constituição não estabelece limite a reedição de medidas provisórias.

08. As normas constitucionais não têm todas a mesma possibilidade de aplicação. Há uma divisão quanto a esta qualidade. E, dentre as normas, existem as que são classificadas como normas de eficácia limitada, que ficam dependentes de uma normatização posterior. Estas são as denominadas normas programáticas que estabelecem vetores programáticos à existência do Estado. Sendo assim, é possível afirmar:

- a) As normas programáticas são próprias das constituições flexíveis, posto que dependentes de legislação infraconstitucional, e passíveis de alteração pela forma ordinária.
- b) As normas constitucionais programáticas não podem fundamentar um processo de controle de constitucionalidade normativa, posto que sua eficácia relativa não lhe confere status de norma constitucional.
- c) As normas constitucionais programáticas necessitam de outras normas, de nível inferior, para poderem produzir seus efeitos; e assim perdem sua natureza de normas constitucionais, por sua dependência de regulamentação infraconstitucional, pois só a partir daí é que podem incidir.
- d) Todas as normas constitucionais, independentemente de seu grau de eficácia, inclusive as denominadas normas programáticas, têm natureza constitucional e servem de parâmetro para fundamentar um processo de controle da constitucionalidade de leis ou atos normativos.

09. Assinale a alternativa correta:

- a) Os princípios são espécies de normas jurídicas com elevado caráter de abstração, enquanto as regras, apesar de possuírem um conteúdo mais claro, não são consideradas normas jurídicas.
- b) As normas constitucionais de eficácia limitada e princípio institutivo são aquelas que nascem com eficácia reduzida, necessitam de uma legislação posterior para restringir seus efeitos e estão relacionadas a organização de funções estatais e aos direitos fundamentais de igualdade e liberdade.
- c) Na moderna doutrina constitucional os princípios e as regras são considerados como espécies de normas jurídicas, tendo os princípios um elevado grau de abstração e estabelecem a idéia de direito, enquanto as regras são mais concretas, nascem dos princípios e tem a função de concretizá-los.
- d) As normas constitucionais de eficácia contida são aquelas que nascem com eficácia reduzida, necessitam de uma legislação posterior para restringir seus efeitos e estão relacionadas aos direitos fundamentais de igualdade e liberdade.



10. Indique com a alternativa correta:

O TRF da 1ª Região, em Brasília, suspendeu anteontem à noite a liminar que determinava que professores de universidades federais e funcionários da Providência voltassem ao trabalho em 24 horas. (...) O despacho do juiz-presidente do TRF, Tourinho Neto, diz que a Constituição federal garante o direito de greve aos servidores públicos, condicionando aos limites de lei específica. Segundo Tourinho Neto, como depois de 13 anos a lei que regulamenta o direito de greve não foi editada, ao proibir a paralisação, a vontade da Constituição está sendo desrespeitada. "A eficácia da norma constitucional não pode depender de uma norma hierarquicamente inferior e que nunca é editada".. (Folha de São Paulo, domingo, 18/11/2001, p. A-05).

Os argumentos expendidos pelo juiz acerca da eficácia da norma constitucional que garante o direito de greve permite concluir, tendo em conta o tema da eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais e utilizando-se a tipologia de José Afonso da Silva, que desde o ponto de vista desse magistrado:

- a) trata-se de norma de eficácia contida que está apta a produzir efeitos enquanto não for restringida ou revogada pelo legislador.
- b) trata-se de norma de eficácia plena, restringível pelo legislador, vez que o dispositivo da constituição determina que "o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar".
- c) trata-se de norma de eficácia plena e aplicabilidade direta, imediata e integral.
- d) trata-se de norma de eficácia limitada, vez que o legislador pode restringir seus efeitos, e o exercício do direito de greve deve aguardar a legislação específica.

DIREITO CIVIL

11. Pedro, maior, casado, empresário sofreu um acidente de carro na semana passada e encontra-se em estado de coma no hospital. Os médicos não possuem condições de precisar quando o quadro clínico apresentado melhorará. A esposa de Pedro, Maria, poderá requerer:

- a) O processo de tomada de decisão apoiada, a fim de que possa auxiliar o marido a tomar as melhores decisões acerca de sua vida pessoal e profissional.
- b) Procedimento de curatela, que o conduzirá à incapacidade relativa, com a designação de Maria como curadora para assistir Pedro de forma a preservar seus interesses.
- c) Procedimento de curatela, que o conduzirá à incapacidade absoluta, com a designação de apoiador para representar Pedro de forma a preservar seus interesses.
- d) Interdição para que Pedro seja reconhecido como absolutamente incapaz e possa ser representado por Maria enquanto nessa condição se encontrar.

12. Sobre a cessação da incapacidade, é correto afirmar:

- a) Pode ser feita pelos pais a pedido do filho a qualquer momento, ainda que tenha menos que 16 anos.
- b) Se o menor de idade se julgar maduro o suficiente ele mesmo pode solicitar, por vias judiciais, que seus pais concedam sua emancipação.
- c) A cessação da incapacidade começa com os 18 anos completos, porém, essa capacidade de natureza civil não deve ser confundida com a disciplinada em leis especiais, como a capacidade eleitoral, que hoje se inicia, facultativamente, aos 16 anos.
- d) A única forma de cessar a incapacidade é através da maioridade.

13. Nas obrigações alternativas àquele a quem é atribuído o poder de escolha pelo objeto



da prestação pode optar por um entre os vários objetos da prestação, estando assim, ao final, satisfeita tal obrigação. Nas obrigações alternativas

- a) Quando a escolha cabe ao credor e um dos objetos da prestação tornar-se impossível sem culpa do devedor, subsistirá o débito somente quanto à outra.
- b) Se todas as prestações tornarem-se impossível ainda que sem culpa do devedor, este deverá responder por perdas e danos sobre o valor daquela que o credor escolher.
- c) Quando a escolha couber ao credor e uma das prestações se tornar impossível por culpa do devedor ele terá direito ao objeto remanescente e mais perdas e danos, não podendo, por óbvio, optar pela prestação impossível.
- d) Quando a escolha pertencer ao devedor e todas as prestações tornarem-se impossíveis ainda que por culpa sua, resolve-se a obrigação.

14. Sobre os efeitos da posse no que tange às benfeitorias, assinale a alternativa incorreta:

- a) o possuidor de boa-fé tem direito a ser indenizado pelas benfeitorias necessárias e úteis.
- b) o possuidor de boa-fé tem direito de retenção caso não receba indenização das benfeitorias necessárias e úteis.
- c) as benfeitorias compensam-se com os danos produzidos pelo possuidor.
- d) o possuidor de má-fé não tem direito à indenização das benfeitorias que realizou no bem.

15. Qual das alternativas abaixo elenca as afirmativas corretas?

- 1. Presumem-se comuns os bens móveis no casamento sob o regime da comunhão parcial de bens, salvo prova em contrário.
 - 2. No regime de comunhão universal de bens, os bens recebidos por doação ou herança sempre entram para comunhão.
 - 3. No pacto antenupcial no qual os nubentes estabelecem o regime de participação final nos aquestos, é possível estabelecer a dispensa do consentimento do cônjuge para prestar fiança ou aval.
 - 4. No pacto antenupcial no qual os nubentes estabelecem o regime de participação final nos aquestos, é possível estabelecer a dispensa do consentimento do cônjuge para alienação dos bens imóveis quando forem particulares.
 - 5. As benfeitorias realizadas nos bens imóveis particulares de um cônjuge não são consideradas comuns no regime de comunhão parcial de bens.
- a) 1, 3, 4 e 5.
 - b) 1, 4 e 5.
 - c) 1 e 4.
 - d) 1, 3 e 4.

16. Quanto à usucapião, assinale a alternativa incorreta:

- a) a sentença de usucapião tem natureza declaratória.
- b) a aquisição da propriedade pela usucapião se concretiza no preenchimento dos requisitos legais, podendo ser utilizada como matéria de defesa em ação real que discuta a propriedade sobre o bem.
- c) no novo CPC admite a usucapião extrajudicial mas para isso é necessário obter a assinatura dos titulares dos direitos reais sobre o bem.
- d) a usucapião de bem imóvel por abandono de lar só aplica a cônjuges, não se estendendo a companheiros.

17. O contrato de seguro de vida é um excelente exemplo de relação contratual que envolve terceiro alheio inicialmente à contratação feita pelos contratantes originários. Tal relação



contratual é conhecida como estipulação em favor de terceiro que acaba por relativizar qual dos princípios contratuais abaixo:

- a) *Venire contra factum proprium*
- b) Consensualismo
- c) *Pacta sunt servanda*
- d) Relatividade dos contratos

18. Quanto à concorrência do cônjuge na sucessão do outro, estão corretas as afirmativas:

- 1. Em concorrência com os descendentes só do autor da herança, o cônjuge terá direito a uma quota igual à dos que sucederem por cabeça e direito próprio.**
- 2. Em concorrência com os ascendentes do falecido, seu cônjuge terá direito a uma quota de 1/3, se concorrer com os ascendentes de primeiro grau, ou uma quota de 1/2, se houver só um desses ou o grau for maior.**
- 3. O cônjuge não concorre com os ascendentes do falecido, se casado com esse pelo regime da comunhão universal de bens.**
- 4. O cônjuge concorre com os descendentes ou com os ascendentes do falecido, nos regimes de participação final nos aquestos, no regime de separação convencional de bens e, no regime de comunhão parcial, se o autor da herança tiver deixado bens particulares.**
- 5. Concorrendo o cônjuge do falecido com descendentes comuns, tem direito o cônjuge a um quinhão de 1/4 da herança.**

- a) 1, 2 e 3.
- b) 1, 2 e 4.
- c) 2, 4 e 5.
- d) 2, 3 e 5.

19. Sobre a prodigalidade, é correto afirmar:

- a) Pródigo é a pessoa que deixa seu testamento pronto para não haver problemas entre seus familiares após sua morte.
- b) É considerado pródigo aquele que, segundo o art. 1.767 CC, promove seu cônjuge como seu curador para que não sofra uma intervenção.
- c) Pródigo é a pessoa que dissipa seu patrimônio.
- d) Os atos de uma pessoa considerada pródigo não necessitam de um curador para que sejam considerados válidos, depois de haver sentença de interdição.

20. Estão incorretas as afirmações:

- 1. É passível de anulação o casamento realizado por procurador, desde que o mandante tenha revogado a procuração antes da celebração e não tendo havido coabitação posterior entre os cônjuges.**
- 2. É nulo o casamento do incapaz de consentir e de manifestar de modo inequívoco seu consentimento.**
- 3. O casamento nulo e o casamento anulável produzem efeitos que beneficiem o cônjuge de boa-fé e os filhos até a sentença anulatória.**
- 4. Com o divórcio, o cônjuge que adotou o patronímico do outro é obrigado a voltar a usar o nome de solteiro.**
- 5. A não realização da partilha dos bens comuns não impede a concessão do divórcio.**

- a) 1, 2 e 3.
- b) 2, 4 e 5.
- c) 1, 2 e 4.
- d) 2 e 4.



DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21. Em relação à competência e de acordo com o novo Código de Processo Civil, assinale a alternativa incorreta:

- a) A incompetência, absoluta ou relativa, será alegada como questão preliminar de contestação.
- b) A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício. A competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função é inderrogável por convenção das partes.
- c) Prorrogar-se-á a competência relativa se o réu não alegar a incompetência em preliminar de contestação.
- d) De acordo com o novo CPC, a mulher continua tendo foro privilegiado para a ação de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável.

22. Em relação ao procedimento aplicado às ações de separação judicial e divórcio, atualmente em vigor, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A ausência de deliberação consensual acerca da partilha de bens constitui-se em óbice à homologação da separação ou divórcio judicial, na forma consensual.
- b) A partilha de bens jamais poderá ocorrer em processo próprio, posteriormente à ação de separação ou divórcio judicial, na forma consensual.
- c) O Juiz sempre está vinculado aos termos do acordo celebrado pelos requerentes, na ação de separação ou divórcio judicial consensual, não sendo permitida a alteração judicial de cláusulas da avença, por ferir o princípio dispositivo.
- d) A sentença judicial transitada em julgada, que decreta a separação judicial ou divórcio sempre deve ser averbada nos assentos constantes dos cônjuges, junto ao Cartório de Registros Civil.

23. Com relação ao agravo de instrumento, é correto afirmar:

- a) O agravo de instrumento é o recurso cabível de toda e qualquer decisão interlocutória
- b) O Agravo de instrumento é o recurso cabível tão somente das decisões interlocutórias mencionadas nos incisos I a XIII, do art. 1.015, do CPC
- c) De toda e qualquer decisão interlocutória, cabe agravo de instrumento
- d) As questões resolvidas na fase de conhecimento que não forem cobertas pela preclusão deverão ser recorridas através de agravo de instrumento

24. Em relação ao novo Código de Processo Civil, assinale a alternativa incorreta:

- a) Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas. No entanto, a prática eletrônica de ato processual pode ocorrer em qualquer horário até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia do prazo.
- b) Além dos declarados em lei, são feriados, para efeito forense, os domingos e os dias em que não haja expediente forense.
- c) Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis. O disposto neste artigo aplica-se somente aos prazos processuais.
- d) Suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive. Ressalvadas as férias individuais e os feriados instituídos por lei, os juízes, os membros do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia Pública e os auxiliares da Justiça exercerão suas atribuições durante o período acima apontado.



25. Quantos recurso de agravo remanescem no atual cpc?. Das alternativas mencionadas, assinale a correta.

- a) No atual cpc, remanescem o agravo de instrumento (inciso II, do art. 994) e o agravo em recurso especial ou extraordinário (inciso VIII, do art. 994)
- b) Remanesce no atual cpc o agravo de instrumento (inciso II, do art. 994) e o agravo interno (inciso III, do art. 994)
- c) O agravo de instrumento é um dos recursos estabelecidos no cpc. e é interposto das decisões proferidas em segundo grau
- d) No atual CPC, remanesce o agravo de instrumento (inciso II, do art. 994); o agravo interno (inciso III, do art. 994) e o agravo em recurso especial ou extraordinário (inciso VIII, do art. 994).

26. Em se tratando da ação de inventário e partilha, prevista no Código de Processo Civil, atualmente em vigor, é CORRETO afirmar:

- a) A inobservância do prazo legalmente previsto para a abertura do inventário acarreta multa e sua instituição pelo Estado-Membro não é inconstitucional, em consonância com a orientação sumular do Supremo Tribunal Federal.
- b) A ação de inventário objetiva a verificação e distribuição dos bens integrantes do patrimônio do falecido, partilhando-os entre aqueles que possuem direitos sucessórios. Por essa razão, jamais se admite a tramitação de inventário negativo, evidenciado pela inexistência de bens do falecido, por ausência de interesse processual.
- c) Em razão do interesse fiscal, econômico e sucessórios existentes na ação de inventário, admite-se a sua abertura, de ofício, pelo magistrado, caso os legitimados ativos não intentem a ação judicial, prazo legal.
- d) Após o magistrado nomear o inventariante este não poderá, sob nenhuma hipótese, ser removido do encargo, por ser pessoa da confiança do Juízo.

27. Jesus está sendo executado em razão de uma dívida de R\$50.000,00 consubstanciada em título executivo extrajudicial. É intimado da penhora de um imóvel avaliado em R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais). Não há argumento acerca da impenhorabilidade do bem, pois o mesmo é penhorável.

Considerando o enunciado acima, assinale a alternativa correta:

- a) Jesus poderá alegar excesso de penhora, e essa alegação, por si, obrigará o magistrado a cancelar o ato construtivo.
- b) Jesus deverá apresentar meio mais eficaz e menos oneroso para a satisfação do credor, se desejar a substituição do bem penhorado ou o cancelamento dessa penhora.
- c) o excesso de penhora não é motivo para a substituição do bem penhorado.
- d) o excesso de penhora não é motivo para o cancelamento da penhora, se houver mais de um bem penhorado.

28. Sobre as tutelas provisórias, assinale a alternativa correta:

- a) a tutela cautelar de urgência, quando não concedida, resulta na extinção do processo pelo magistrado.
- b) a tutela antecipada de mérito incidental se estabiliza quando, em relação a ela, não é interposto o respectivo recurso.
- c) a tutela antecipada concedida em caráter antecedente, quando estabilizada, não faz coisa julgada, mesmo após esgotado o prazo para a propositura de ação revocatória.
- d) a tutela de evidência poderá versar sobre parcela dos pedidos, e fará coisa julgada quando não



impugnada pelo respectivo recurso.

29. Sobre a audiência de conciliação ou de mediação, assinale a alternativa correta:

- a) somente poderá ser conduzida por mediadores credenciados no tribunal.
- b) será realizada mesmo que ambas as partes declararem desinteresse.
- c) não serão realizadas quando a causa versar sobre questão de direito público.
- d) pode ser realizada por meio eletrônico, nos termos da lei.

30. Sobre a execução de alimentos, assinale a alternativa correta:

- a) é possível o desconto das parcelas vencidas e das vincendas em folha de pagamento, desde que o total não ultrapasse 50% dos rendimentos líquidos mensais do executado.
- b) a prisão poderá ser em regime fechado ou semi-aberto, consoante a recalcitrância do devedor.
- c) é possível a inscrição do nome do executado nos órgãos de proteção ao crédito, mas não o protesto da sentença que condena a pagar alimentos.
- d) a prisão será decretada pelo juiz pelo prazo máximo de 90 dias.

DIREITO EMPRESARIAL

31. A Lei . 6.404/76 e suas alterações, disciplina o direito de voto do acionista. A respeito deste assunto, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O estatuto pode atribuir voto plural a qualquer classe de ações.
- b) A cada ação ordinária corresponde dois (dois) votos nas deliberações da assembleia geral.
- c) As ações preferenciais sem direito de voto adquirirão o exercício desse direito se a companhia, pelo prazo previsto no estatuto, não superior a três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos fixos ou mínimos a que fizerem jus, direito que conservarão até o pagamento, se tais dividendos não forem cumulativos, ou até que sejam pagos os cumulativos em atraso.
- d) O estatuto não pode estabelecer limitações ao número de votos de cada Acionista.

32. De acordo com a Lei n. 6.404/76 e suas alterações, que trata da sociedade anônima, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os membros do Conselho de Administração não poderão ser eleitos para cargos de diretores.
- b) A administração da companhia competirá, conforme dispuser o estatuto, ao conselho de administração e à diretoria, ou somente à diretoria.
- c) O conselho de administração é um órgão obrigatório para todos os tipos de sociedades, quer de capital fechado ou de capital aberto.
- d) Poderão ser eleitos para membros dos órgãos de administração pessoas naturais, devendo os membros do conselho de administração ser acionistas e os diretores residentes no País, acionistas ou não.

33. De acordo com a Lei n. 11.101/05 e suas alterações, que trata da recuperação e falência da empresa, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O plano de recuperação será apresentado pelo devedor em juízo no prazo improrrogável de 120 (cento e vinte) dias da publicação da decisão que definir o processamento da recuperação judicial, sob pena de convocação em falência.
- b) O plano de recuperação judicial não poderá prever prazo superior a 90 (noventa) dias para o pagamento, até o limite de 5 (cinco) salários mínimos por trabalhador, dos créditos de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial.
- c) O devedor poderá desistir do pedido de recuperação judicial após o deferimento de seu



processamento.

d) O plano de recuperação judicial não poderá prever prazo superior a 1 (um)ano para pagamento dos créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho vencidos até a data do pedido de recuperação judicial.

34.Com referência a falência da empresa, nos termos da Lei n. 11.101/05, assinale a alternativa CORRETA:

a)Os créditos derivados da legislação do trabalho e os decorrentes de acidentes de trabalho, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários mínimos por credor, prevalecem a todos os demais créditos, na falência.

b)Os créditos extraconcursais serão pagos com precedência sobre os créditos concursais, no processo falimentar.

c)Os créditos quirografários prevalecem a todos os demais créditos, na falência.

d)Os créditos tributários, independentemente da sua natureza e tempo de constituição, excetuadas as multas tributárias, prevalecem aos créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado, na ordem de pagamento dos créditos na falência..

35.A Lei n. 10.406/2002 (Código Civil), trata do Direito de Empresa. Leia as afirmativas abaixo e assinale a CORRETA:

a)A administração da sociedade, nada dispondo no contrato social, compete conjuntamente a todos os sócios.

b)O contrato social pode, como forma de disciplinar direitos e deveres dos sócios, estipular, em cláusula específica, a exclusão do direito de qualquer sócio participar dos lucros ou das perdas.

c)Não podem ser administradores, além das pessoas impedidas por lei especial, os condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as relações de consumo, até a fê pública ou a propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação.

d)O sócio, admitido em sociedade já constituída, se exime das dívidas sociais anteriores à admissão.

36. Sobre o direito societário, de que trata a Lei n. 10.406/2002 (Código Civil), assinale a alternativa CORRETA:

a) Na sociedade em conta de participação, sociedade não personificada, o contrato social produz efeito somente entre os sócios, e a eventual inscrição de seu instrumento em qualquer registro não confere personalidade jurídica à sociedade.

b)A sociedade cooperativa é uma sociedade empresária, na qual o sócio pode transferir suas quotas do capital social a terceiros estranhos à sociedade e até mesmo por herança.

c)Na sociedade em nome coletivo, sociedade institucional, pessoas físicas e pessoas jurídicas podem tomar parte na sociedade e todos respondem limitadamente pelas obrigações sociais.

d)Na sociedade em comum, sociedade personificada, os sócios, nas relações entre si, podem provar a existência da sociedade por qualquer meio de provas

37.De acordo com o Código Civil – Lei n. 10.406/2002, que trata da sociedade limitada, assinale a alternativa CORRETA:

a)Na sociedade limitada, as deliberações dos sócios, serão tomadas em reunião ou em assembleia, conforme previsto no contrato social, devendo ser convocadas pelos administradores nos casos previstos em lei ou no contrato. A deliberação em assembleia será obrigatória se o número de sócios for dez (10).



- b) Na sociedade limitada, a regência supletiva pelas normas da sociedade anônima, independe de previsão no contrato social.
- c) Na sociedade limitada, o capital social divide-se em quotas iguais e desiguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio e a quota é indivisível em relação à sociedade, salvo para efeito de transferência.
- d) Na sociedade limitada, independentemente se o capital social estiver totalmente integralizado ou não, a responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas.

38. Segundo a legislação pertinente, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, exercidos nos limites de seus poderes, definidos no ato constitutivo.
- b) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.
- c) Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, à requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, com os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.
- d) Faculta-se ao cônjuge contratar sociedade, entre si ou com terceiros, independentemente do regime de casamento.

39. De acordo com a Lei nº 5.474/68, que trata sobre a duplicata, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A perda ou extravio da duplicata obrigará o vendedor a extrair triplicata, que terá os mesmos efeitos e requisitos e obedecerá às mesmas formalidades daquela.
- b) O Registro de Duplicatas deverá ser sempre no Livro de Registro de Duplicatas, não podendo ser substituído por qualquer sistema mecanizado.
- c) A duplicata é protestável por falta de aceite, de devolução ou pagamento.
- d) As empresas individuais ou coletivas, fundações ou sociedades simples, que se dediquem à prestação de serviços poderão, também, na forma desta lei, emitir fatura e duplicata.

40. De acordo com a Lei nº 7.357/1985, que trata sobre o cheque, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O cheque não admite aceite, considerando-se não escrita qualquer declaração com esse sentido.
- b) Considera-se não escrita a estipulação de juros inserida no cheque,
- c) O cheque é emitido contra banco ou instituição financeira que lhe seja equiparada, sob pena de não valer como cheque.
- d) A morte do emitente ou sua incapacidade superveniente à emissão invalidam os efeitos do cheque.

LINGUA PORTUGUESA

41. Em qual das opções abaixo há apenas palavras grafadas de acordo com a nova ortografia da língua portuguesa?

- a) infraestrutura – micro-ônibus – autosserviço
- b) infra-estrutura – microônibus – auto-serviço



- c) infraestrutura – microonibus – autoserviço
- d) infra-estrutura – microonibus – auto-serviço

42. Complete as lacunas com o pronome adequado:

- 1) “_____ documento que tens à mão é importante, Pedrinho?”
 - 2) “A estrada do mar, larga e oscilante, _____ sim, o tentava.”
 - 3) “Na traseira do caminhão lia-se _____ frase: Tristeza não paga dívida”.
 - 4) “Cuidado, mergulhador, _____ animais são venenosos: a arraia miúda, o peixe-escorpião, a medusa, o mangangá.”
- a) Esse – essa – esta – estes;
 - b) Este – esta – essa – esses;
 - c) Esse – essa – essa – esses;
 - d) Este – esta – essa – estes.

43. Assinale a opção que completa correta e respectivamente as lacunas do período: "O promotor ficou ___ meditar, ___ tarde, indiferente _____ que acontecia ao seu redor".

- a) à - a - aquilo
- b) a - a - àquilo
- c) a - à - àquilo
- d) à - à - aquilo

44. Assinale a frase correta quanto ao emprego do onde e aonde:

- a) Você pode me informar onde fica o supermercado?
- b) Não sei aonde moram aqueles meninos.
- c) Onde iremos nas próximas horas?
- d) Aonde você comprou o livro de direito civil?

45. Assinale a alternativa que completa corretamente os espaços no período a seguir:

_____ pessoa, é imposta a obrigação de obedecer _____ regras, mesmo _____ revelia de seus princípios.

- a) A – às – a
- b) À – à – à
- c) À – a – à
- d) A – as – a

46. Assinale a alternativa com o uso correto quanto ao acento diferencial:

- a) O menino nervoso pára de repente.
- b) Preciso pôr as coisas em ordem.
- c) Toda manhã, ela côa o café.
- d) Gosto de pêra madura.

47. Assinale a alternativa correta quanto ao uso dos porquês:

- a) Porque você está chorando?
- b) A mãe não sabe por quê você não gostou do doce.
- c) Ficamos tristes porquê ele partiu.
- d) Não foi ao trabalho porque estava doente.

48. Assinale a alternativa correta quanto ao emprego do mas e mais:



- a) Ela estudou muito para o concurso, mais não está tranquila.
- b) Ele não sabe muito falar inglês, mais consegue se virar nas viagens internacionais.
- c) Você cometeu mas erros hoje do que eu.
- d) As meninas eram felizes e brincavam cada vez mais.

49. Assinale a alternativa correta quanto ao uso do acento diferencial nas formas verbais:

- a) Eles lêem mal.
- b) Eles veem a paisagem.
- c) Eles não vem para o jantar.
- d) Eles tem mau hábito de leitura.

50. Assinale a alternativa correta quanto ao emprego do senão e se não:

- a) Não sabia outra coisa se não bordar.
- b) Se não vierem todos, escolheremos a mesa menor.
- c) Não houve um se não na festa de formatura.
- d) Senão chover, iremos pescar.